



LAR BENEFICENTE DE
S. JORGE

dedicação e serviço

Relatório e Contas

Ano 2022



LAR BENEFICENTE DE
S. JORGE

dedicação e serviço

[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

ÍNDICE

1. Identificação da Entidade.....	3
2. Relatório de Atividades e de Gestão.....	4
3. Balanço.....	15
4. Demonstração de Resultados.....	16
5. Demonstração de Fluxos de Caixa.....	17
6. Anexo às Demonstrações Financeiras.....	18



LAR BENEFICENTE DE
S. JORGE

dedicação e serviço

SJP
A

Denominação Social: Lar Beneficente de S. Jorge

Sede: Rua de S. Jorge, 304, 4835-351 Guimarães

NIPC: 501 268 138

Constituição: 01/03/1954

Atividade Principal: Atividades Apoio Social para pessoas idosas com alojamento

Corpos Gerentes

- **Direção**

Presidente – André Guimarães Coelho Lima

Vice-Presidente – Manuel José da Cunha Teixeira e Melo

Tesoureiro – José Eduardo Salgado Fontão

Primeiro Secretário – Patrícia Gabriela da Cunha Ferreira Fernandes

Segundo Secretário – Paula Mota Correia

Vogal – José Miguel Fernandes Coelho Lima

Vogal – Maria Micaela Barroso Fontão

Suplente – Eduardo Jorge Vidal Ferreira Fernandes

Suplente – Teresa Maria Almeida Machado

Suplente – Maria de Lurdes Correia Ribeiro

Suplente – Amílcar César Faria Varela

- **Assembleia Geral:**

Presidente – Luís da Cunha Teixeira e Melo

Primeiro Secretário – Francisco Manuel Guimarães Coelho Lima

Segundo Secretário – António Carlos Almeida Salazar

Suplente – Adelino Ribeiro de Abreu

- **Conselho Fiscal:**

Presidente – Albano de Abreu Coelho Lima

Vogal – Luis Filipe Rodrigues Marques Teixeira e Melo

Vogal – Maria Gabriela Rodrigues Marques Teixeira e Melo

Suplente – Ana Margarida Rodrigues Machado

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E DE GESTÃO

1. Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Exas., o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2022.

2. Mensagem da Direção

Este Relatório de Atividades reporta-se ao terceiro ano do mandato dos órgãos sociais eleitos em 17 de fevereiro de 2020.

Após um primeiro mandato (2017-2020) dedicado intensamente ao conhecimento da instituição, sua reorganização administrativa e contratual e, sobretudo, ao estabelecimento de uma relação saudável e de amplo cumprimento para com a Segurança Social, reportando-se este relatório ao segundo exercício do segundo mandato destes órgãos sociais, deveria o mesmo servir para demonstração do desenvolvimento das atividades a que se propuseram estes órgãos sociais para o mandato que terminará em 2024.

Este será, finalmente, o primeiro relatório dos últimos dois anos em que já não se abordará de modo relevante para o funcionamento da instituição os efeitos da pandemia da Covid-19 que assolou Portugal e o Mundo nos anos 2020 e 2021, com aplicação de fortíssimas restrições à mobilidade e particular impacto nos Estabelecimentos Residenciais de Pessoas Idosas (ERPI) que foram literalmente fechados à comunidade por forma a proteger os seus utentes, considerados a população de maior risco no âmbito do coronavírus COVID-19.

O ano de 2022 foi, por isso, particularmente vocacionado para a efetiva concretização do projeto de reabilitação do edifício-sede da instituição, que foi erigido como o principal objetivo deste segundo mandato, isto, naturalmente, sem esmorecer na importância a dar ao projeto social.

Na Síntese de Atividades que em seguida se desenvolverá serão melhor explicadas estas como



S. J. .
✱

outras matérias que representaram a atividade da Direção do Lar Beneficente de São Jorge, IPSS, durante o ano civil de 2022.

Importa referir ainda, pela importância, que:

- a) Todos os membros da Direção exercem as suas funções dirigentes de forma graciosa
- b) Não existe nenhum trabalhador da instituição que seja simultaneamente dirigente
- c) Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal
- d) Não existem dívidas em mora perante a Segurança Social

Para terminar,

Expressar os habituais agradecimentos a todos os que ao longo deste ano e precedentes manifestaram a sua confiança e preferência nesta instituição, em particular aos utentes e suas famílias pois a eles se deve o crescimento e desenvolvimento do Lar Beneficente de São Jorge, IPSS.

Deixar aos nossos colaboradores uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenhamento e, muito mais do que isso, pela sua dedicação e a forma como transformam esta instituição na casa de cada um dos nossos utentes, sendo essa a marca distintiva que o Lar Beneficente de São Jorge, IPSS tem que continuar a deixar junto da comunidade e daqueles que servimos.

No final dos anos em que esta como as demais instituições estiveram a braços com os efeitos da *pandemia da Covid-19*, deixar uma palavra de fortíssimo apreço às nossas colaboradoras que aguentaram estoicamente as exigências e esforços adicionais que a instituição e as circunstâncias delas tiveram que exigir. Não teria sido possível passar por um período tão conturbado de modo tão exemplar sem a colaboração e a dedicação das nossas colaboradoras. É, por isso, para elas a palavra mais forte de agradecimento neste Relatório.



S. J.
A

3. Síntese da Atividade

Neste ponto do Relatório de Atividades far-se-á a apresentação sumária das atividades desenvolvidas durante o exercício que se vem de analisar.

3.1 Gestão de Pessoal

Após a reformulação orgânica da instituição ocorrida no exercício de 2021, bem como à reorganização dos tempos de trabalho através da implementação do trabalho por turnos, objetivo há muito perseguido pela Direção, o exercício de 2022 foi, naturalmente, de consolidação das alterações decididas em 2021 e implementadas, por isso, no ano 2022.

3.1.1 Reformulação Orgânica da Instituição

Após aprovação, em maio-2021, do **novo Organigrama do Lar Beneficente de São Jorge, IPSS**, considerou-se importante prosseguir na implementação e consolidação das orientações que daí emanam, designadamente, num reajustamento de funções na decorrência das alterações funcionais decididas, designadamente nas funções orgânicas atribuídas à Diretora Técnica, uma vez que esta havia assumido a gestão e coordenação integral da valência social. Tendo-se verificado que as funções atribuídas à Diretora de Serviços foram sendo absorvidas pela Diretora Técnica da Instituição, à qual compete, nos termos legais, dirigir o estabelecimento, assumindo a responsabilidade pela programação de atividades e a coordenação e supervisão de todo o pessoal, atendendo à necessidade de estabelecer o modelo de gestão técnica adequado ao bom funcionamento do estabelecimento.

3.1.2 Diversos

Informações gerais a registar:

- a) Mantém-se a decisão de pagamento de um acréscimo de € 10/mês em cada vencimento correspondente ao RMMG (Rendimento Mínimo Mensal Garantido), pagando a instituição sempre um mínimo de € 10,00 acima do salário mínimo nacional;
- b) O número de trabalhadores da instituição passou de 19 em 2021 para 20 em 2022



S. J.

A

- c) Para além das colaboradoras com contrato de trabalho, deve ser registado que a instituição disponibiliza ainda aos seus utentes o acompanhamento, mediante contratos de trabalho a tempo parcial ou prestações de serviço, dos seguintes profissionais:
- Médico
 - Psicóloga
 - Fisioterapeuta

3.2 Gestão Financeira

3.2.1 Comparticipação dos utentes

Não havendo já lugar ao impedimento de admissão de utentes que vigorou durante os anos da *pandemia da Covid-19*, verificou-se em 2022 uma comparticipação dos utentes da ordem dos 282.346,21€, o que representa um **crescimento de 10,53%** face ao ano anterior.

3.2.2 Comparticipação Familiar

Sendo uma relevante receita da instituição e na qual a instituição vinha conhecendo défices resultantes da não exigência de comparticipação às famílias que, nos termos da lei, o justificavam, esta Direção foi solicitando relatórios minuciosos por forma a isolar as situações de incumprimento e por, sendo o caso, tomando decisões de dispensa de pagamento de comparticipação familiar sempre que a avaliação social às famílias o justifique.

Estando devidamente consolidada a situação da comparticipação familiar e não existindo nenhum incumprimento nos novos utentes (utentes entrados após a elaboração dos novos contratos de alojamento), chegámos então ao momento de poder analisar financeiramente o impacto negativo da ausência de gestão e acompanhamento deste dossiê, até à entrada destes órgãos sociais, bem como do impacto financeiro objetivo que tem o acompanhamento que esta Direção tem dado a este tema.

Assim, foi pedido *“um relatório com a análise desta situação da situação da comparticipação familiar desde o ano 2017. Como se trata de uma situação evolutiva (variando sobretudo com os falecimentos que vão ocorrendo) este relatório visa conseguir-se perceber, em cada ano civil, qual foi o prejuízo que a instituição teve com as comparticipações familiares em dívida.*



S. J. J.
de

Relatório com vista a ser apresentado à Direção e fazer constar no Relatório de Atividades. Informação que vai também permitir perceber a medida em que, pela nossa atuação, esse défice foi sendo abatido ano após ano, na medida em que se trata de um relatório dos anos 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021”.

Desse relatório resultou a seguinte situação:

Ano	Valor em dívida de Participação Familiar
2017	47.143,00€
2018	39.514,00€
2019	24.924,00€
2020	22.513,00€
2021	16.975,00€
2022	0,00€

Faz-se assim constar, até para efeitos históricos e de arquivo, os valores devidos pela participação familiar ao longo dos anos, mas sobretudo para ser possível mensurar o resultado prático do trabalho de pormenor que foi feito por esta Direção.

- Alterando os contratos de alojamento de forma a tornar solidariamente responsáveis pelo pagamento dos montantes devidos também os familiares dos utentes
- Solicitando relatórios sociais dos quais veio a resultar a dispensa de pagamento da Participação Familiar de um conjunto mais alargado de utentes cujas situações financeiras das suas famílias o justifiquem
- Renegociando com as famílias de todos os utentes que se encontravam em incumprimento e cujas situações não justificavam a emissão de um relatório social de dispensa do pagamento

O que se tem de relevar como uma medida gestonária aparentemente de pequeno alcance, mas que tem o impacto financeiro extraordinário que, por este quadro, se consegue demonstrar.

3.2.3 RMISSG (Regulamento Municipal de Instituições de Solidariedade Social de Guimarães)

Por atuação desta Direção a instituição foi incluída, apenas a partir de 2019, nas entidades merecedoras de subsídio do Município de Guimarães no âmbito do Regulamento Municipal de Instituições de Solidariedade Social de Guimarães (RMISSG).



SJR.
A

Relativamente ao ano de 2022, o subsídio aprovado ascendeu a 8.000,00€.

Importa registar, para mais fácil verificação da sua sequência, os valores recebidos pela instituição advindos do RMISSG:

2019	11.000,00€
2020	11.000,00€
2021	15.000,00€
2022	8.000,00€

3.2.4 Consignação de 0,5% IRS

Em 2018 e por iniciativa do Tesoureiro da instituição procedeu-se à inscrição da instituição perante a Autoridade Tributária, imprescindível para que possa ser objeto da consignação deste montante por qualquer empresa ou cidadão.

Trata-se de uma receita relevante, mais ainda se virmos que era totalmente inexistente na instituição. Pela importância, deixaremos a sequência da receita obtida desta proveniência:

2020	10.116,80€
2021	5.758,29€
2022	11.391,72€

3.2.5 Aplicação de fundos financeiros

Mantém-se a distribuição por diferentes instituições bancárias do produto da poupança da instituição de molde a que se procure que não fique em nenhuma delas depositada montante superior àquele que é objeto de garantia de devolução por parte do Banco Central Europeu (BCE), que é de 100.000€, assim se assegurando que ainda que possa surgir um problema com alguma das instituições bancárias selecionadas, estejam salvaguardados os restantes depósitos da instituição.

Neste exercício foi decidido, na reunião de 16.05.2022 a realização de um aforro adicional aos já existentes, do montante de 100.000€, decidido aplica na instituição bancária Caixa Geral de



SJB. ✖
✖

Depósitos.

A instituição possui neste momento aplicações financeiras nas seguintes instituições bancárias: Millennium BCP; Euro BIC; Banco BIG; Caixa Geral de Depósitos.

3.2.6 Valor-referência da instituição 2022

Surgiu a possibilidade de que cada instituição possa determinar o seu próprio “valor referência” de cada utente, agora já não determinado centralmente, como sucedia até esse momento, pela definição do “valor referência” da Segurança Social. Assim “valor de referência” de cada instituição não é já o montante que a Segurança Social, abstratamente, considera dever ser gasto por utente em cada instituição, mas antes o valor que, em concreto, é despendido em cada instituição. A limitação atribuída à determinação deste valor de referência casuístico é de que o valor cobrado pela totalidade dos utentes não pode ultrapassar em mais de 15% o “valor de referência” determinado pela Segurança Social.

O valor de referência da Seg.Social em 2021 foi de 1.061,00€ sendo que o custo por utente, nesta instituição, ascendia a 1.092,00€.

Atenta a natureza social da instituição foi decidido fixar como “valor referência” do Lar de São Jorge, IPSS em **1.085,00€**, montante ainda assim abaixo do custo real tido que suportar pela instituição com cada um dos seus utentes.

Foi ainda decidido que as alterações aos valores-referência da instituição deverão ser comunicadas para terem efeito no mês de janeiro de cada ano civil. Medida que implica que as decisões deste montante para os anos seguintes sejam tomadas no ano precedente. Por essa razão, neste relatório excecionalmente, esta temática será abordada por duas vezes, com a definição do valor-referência da instituição para 2022 (que vigorou durante o exercício que se vem de analisar) e ainda a definição para vigorar no exercício 2023, uma vez que a decisão foi tomada no exercício antecedente. O que justifica o ponto seguinte.

3.2.7 Valor-referência da instituição 2023

O “valor referência” determinado pela Segurança Social para 2023 foi de 1.250,00€ (em 2021 era de 1.041,00€ e em 2022 de 1.061,00€), no que representa um impacto visível da inflação que atingiu valores-histórico a partir de 2º semestre de 2022.

A limitação atribuída à determinação deste valor de referência casuístico é de que o valor



cobrado pela totalidade dos utentes não pode ultrapassar em mais de 15% o “valor de referência” determinado pela Segurança Social. Sendo o valor de referência da Seg.Social de 1.250,00€ o valor a cobrar por utente (na média da totalidade dos utentes) não pode ultrapassar 1.437,50€.

Nestes termos, o valor-referência do Lar de São Jorge para o ano 2023 será de 1.250,00€.

3.3 Gestão Administrativa

Durante este exercício conseguiram realizar-se importantes ações e investimentos que apetrecharam a instituição de melhores meios e capacidades com vista à melhoria da organização interna e à qualificação do serviço prestado aos utentes. Designadamente:

- a) Implementação da total reorganização da gestão de armazenamento e stocks de bens alimentares, por forma a ter um armazém manuseável por qualquer colaborador/a da instituição e organizado com procedimentos de logística, tendo todo o processo sido acompanhado e monitorizado pela Nutricionista da instituição, ficando a organização a cargo da Dra. Maria João Costa
- b) Implementação definitiva do procedimento de gestão e movimentação das contas dos utentes uma vez que era sabido que existem verbas pertença dos utentes cuja gestão fica a cargo da instituição (designadamente as fraldas, os táxis e/ou transportes equivalentes e até as despesas com farmácia que pertençam a cada utente), tratando-se de matéria da maior sensibilidade e responsabilidade por implicar com valores pertencentes aos utentes. Passaram assim a ser emitidas faturas mensais para os utentes com os serviços prestados aos utentes (como gastos de farmácia, fraldas ou utilização de táxi), os utentes passaram a pagar os montantes devidos por transferência bancária e deixaram de ser admitidos pagamentos em numerário, ficando também definida a Dra. Maria João Costa como responsável.
- c) Tendo-se verificado encontrar-se a instituição com a inscrição suspensa junto da União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social (UDIPSS-Braga) e, por via desta inscrição, na Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), desde o ano 2004, deparada com esta circunstância, de que não tinha conhecimento, a Direção providenciou de imediato pelo pagamento, numa só prestação, de todo o período em atraso – 2004 a 2022 – tendo a instituição recuperado a sua inscrição na



SJB. a

✍

UDIPSS-Braga e na CNIS.

- d) Foi decidido contratar um serviço de realização de análises frequentes à presença do vírus da *legionella* no edifício onde se encontra instalada a valência de ERPI, mediante a adoção de um Plano de Prevenção contra o vírus *legionella* de acordo com a legislação publicada no decurso deste ano sobre a matéria. Foram encomendadas análises trimestrais ao vírus *legionella* pelo custo de 40€/mês + IVA a que corresponde o montante anual de 480€ + IVA (590,40€).
- e) Foi solicitada a colaboração da instituição para o acolhimento de jovens que se encontrarão em Portugal no âmbito das Jornadas Mundiais da Juventude, que terão lugar no nosso país em 2023. Atendendo a que está previsto que fiquem alojados em Pevidém cerca de 25 jovens, a instituição manifestou-se totalmente ao dispor para o que for necessário neste âmbito.

3.4 Gestão Social e Comunitária

Durante este exercício, para além das iniciativas de alcance social e comunitário a que a instituição sempre se dedica e que não são referidas neste relatório para não ser demasiado exaustivo, há ainda assim a assinalar o **regresso do Almoço de Natal**, tradição instituída por esta Direção e que havia sido interrompida no período pandémico. Como se verá em seguida, nesse evento – que contou com a presença do Presidente de Câmara Municipal, Dr. Domingos Bragança e dos vereadores Paula Oliveira e Ricardo Araújo além das várias instituições de Pevidém – teve ainda lugar a cerimónia de receção da viatura de 9 lugares adquirida pela instituição e a apresentação pública do projeto de reabilitação do Lar.

Merece referência neste particular um plano social de grande alcance, a que se entendeu designar como **“Projeto Lar Aberto”** que apesar de ter sido lançado nas últimas reuniões de 2022, só será devidamente avaliado e implementado no decurso do exercício de 2023-

3.5 Aquisições

Durante este exercício importa relevar a aquisição de uma viatura Mercedes de 9 lugares, devidamente transformada para estar habilitada ao transporte de pessoas com mobilidade



SJP
A

✍

reduzida.

Trata-se de um importante investimento realizado pela instituição, que ascendeu a **71.500,00€**, para o que contou com o crédito de € 34.000,00 advindo do aforro de subsídios públicos municipais dos exercícios anteriores (designadamente do RMISSG).

A viatura foi formalmente recebida numa cerimónia que teve lugar à margem do Almoço de Natal do ano 2022, com a Presidente do Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, Dr. Domingos Bragança.

4. Perspetivas Futuras

Tal como já referido no exercício anterior, após debelada a pandemia da Covid-19 verificar-se-á a atribuição de total prioridade à **obra de readaptação e atualização do edifício onde se encontra instalada o ERPI**. Esta intervenção dotará a instituição do seguinte:

- a. Aumento em 15 utentes da capacidade da valência social de ERPI passando para um total de 50 utentes (para o que detemos já parecer prévio positivo por parte da Segurança Social);
- b. Instalação da valência social de Centro de Dia;
- c. Instalação da valência social de Serviço de Apoio Domiciliário.

Importa referir, pela importância, que:

Foi para o efeito feito um reajustamento (será melhor dizer uma correta definição) das concretas capacidades das valências uma vez que a deliberação da CSIF e do CLAS autorizando as novas valências não o tinha feito para número em concreto. Nessa medida, a instituição solicitou a pronúncia destes organismos para deliberar, designadamente, sobre as seguintes capacidades:

- ➔ ERPI: 52 utentes (atualmente esta valência serve 35 utentes)
- ➔ SAD: 50 utentes
- ➔ Centro de Dia: 40 utentes



Em reunião do CSIF de 04.07.2022 e em reunião do CLAS de 24.08.2022 foi emitido parecer favorável às capacidades acima referidas.

E ainda que em 23.09.2022 foi a instituição notificada do deferimento do projeto de remodelação do edifício-sede.

Uma luta com vários anos, de um objetivo que esta Direção persegue há muito, que conheceu obstáculos de diversíssima ordem, designadamente indeferimentos técnicos, mas que após uma dedicação aturada do projetista Alexandre Coelho Lima e disponibilidade da parte desta Direção para adaptar o projeto em tudo aquilo que fossem as exigências da Segurança Social, o projeto conseguiu reunir condições de poder merecer aprovação da Segurança Social.

Por estas razões, as perspetivas futuras de concretização deste grande projeto são agora mais imediatas, ultrapassados que estão os obstáculos formais que vinham retardando que se pudesse avançar na sua concretização.

Pevidém, 6 de março de 2022

Contabilista Certificado

Sofia Daniela Leite Salgado

A Direção

A. B. C. L.
[Assinatura]



Balço

(ESNL)

Período findo em 31 de Dezembro de 2022

Rubricas	Notas	2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4.1/6	567 685,03	508 047,26
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de Investimento		0,00	0,00
Ativos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	12.1	4 353,70	3 102,96
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Subtotal		572 038,73	511 150,22
Ativo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Clientes	12.2	98,40	2 094,32
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	4.6/12.3	2 722,44	1 860,22
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber	12.4	15 029,64	35 215,25
Diferimentos	12.5	4 278,01	4 168,84
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4.3/12.6	494 201,15	508 181,97
Subtotal		516 329,64	551 520,60
Total do ativo		1 088 368,37	1 062 670,82
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	4.5/12.7	36 521,03	36 521,03
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas	4.5/12.7	186 493,12	186 493,12
Resultados transitados	4.5/12.7	594 416,98	569 474,88
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações de fundos patrimoniais	4.5/9/12.7	189 612,30	189 964,68
Subtotal		1 007 043,43	982 453,71
Resultado líquido do exercício		9 132,07	24 942,10
Total do fundo de capital		1 016 175,50	1 007 395,81
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Subtotal		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	4.4/12.8	11 687,67	1 130,31
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	4.6/12.3	8 247,66	6 701,31
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos	12.5	1 248,96	0,00
Outras contas a pagar	12.9	51 008,58	47 443,39
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Subtotal		72 192,87	55 275,01
Total do Passivo		72 192,87	55 275,01
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 088 368,37	1 062 670,82

A Direção

A Direção

O Contabilista Certificado



Demonstração de resultados por naturezas

(ESNL)

Período findo em 31 de Dezembro de 2022

Rendimentos e Gastos	Notas	2022	2021
Vendas e serviços prestados	8	282 303,21	252 618,40
Subsídios, doações e legados à exploração	9	235 416,45	216 149,88
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-52 388,13	-52 736,26
Fornecimentos e serviços externos	12.10	-95 012,97	-77 276,00
Gastos com o pessoal	10	-341 505,46	-297 318,40
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	12.11	20 307,86	19 190,82
Outros gastos e perdas	12.12	-8 275,27	-4 684,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		40 845,69	55 944,44
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6	-32 302,73	-31 081,51
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		8 542,96	24 862,93
Juros e rendimentos similares obtidos	12.13	589,11	79,17
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		9 132,07	24 942,10
Impostos sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		9 132,07	24 942,10

A Direção 

A Direção 

O Contabilista Certificado 



Demonstração dos Fluxos de Caixa

(ESNL)

Período findo em 31 de Dezembro de 2022

RUBRICAS	Notas	2022	2021
Fluxos de caixa de atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		284 300,14	252 914,63
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-119 210,64	-132 957,25
Pagamentos ao pessoal		-277 312,90	-228 271,21
Caixa geradas pelas operações		-112 223,40	-108 313,83
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		156 248,71	142 305,87
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		44 025,31	33 992,04
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-91 940,50	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-1 250,74	-1 126,53
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		34 000,00	0,00
Juros e rendimentos similares		589,11	79,17
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-58 602,13	-1 047,36
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		596,00	13 387,60
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de atividades de financiamento (3)		596,00	13 387,60
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-13 980,82	46 332,28
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		508 181,97	461 849,69
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12.6	494 201,15	508 181,97

A Direção 

A Direção 

O Contabilista Certificado 

S. J. A
Z.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação da Entidade

Denominação Social: Lar Beneficente de S. Jorge

Sede: Rua de S. Jorge, 304, 4835-351 Guimarães

NIPC: 501 268 138

Constituição: 01/03/1954

Atividade Principal: Atividades Apoio Social para pessoas idosas com alojamento

Corpos Gerentes

- **Direção**

Presidente – André Guimarães Coelho Lima

Vice-Presidente – Manuel José da Cunha Teixeira e Melo

Tesoureiro – José Eduardo Salgado Fontão

Primeiro Secretário – Patrícia Gabriela da Cunha Ferreira Fernandes

Segundo Secretário – Paula Mota Correia

Vogal – José Miguel Fernandes Coelho Lima

Vogal – Maria Micaela Barroso Fontão

Suplente – Eduardo Jorge Vidal Ferreira Fernandes

Suplente – Teresa Maria Almeida Machado

Suplente – Maria de Lurdes Correia Ribeiro

Suplente – Amílcar César Faria Varela

- **Assembleia Geral:**

Presidente – Luís da Cunha Teixeira e Melo

Primeiro Secretário – Francisco Manuel Guimarães Coelho Lima

Segundo Secretário – António Carlos Almeida Salazar

Suplente – Adelino Ribeiro de Abreu

- **Conselho Fiscal:**

Presidente – Albano de Abreu Coelho Lima

Sofia. A
[Handwritten signature]

Vogal – Luís Filipe Rodrigues Marques Teixeira e Melo

Vogal – Maria Gabriela Rodrigues Marques Teixeira e Melo

Suplente – Ana Margarida Rodrigues Machado

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Em 2022, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726B/2011 de 14 de Março;
- NCRF ESNL e Normas Interpretativas (NI).

2.2 Não existem contas de Balanço ou de Demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com as do exercício anterior.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).



3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebido e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras, podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.



3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Futuro e incertezas

Dada a expectativa de continuidade dos serviços do Lar Beneficente de S. Jorge, e considerando a sua procura crescente mantém-se o mesmo cenário positivo e não se antevêm fatores de incerteza quanto às estimativas.

4 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

4.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo



de bens.

S. J. ✖
✖

4.2 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

4.3 Caixa e Depósitos Bancários

Esta rubrica inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

4.4 Fornecedores e outros passivos correntes

As contas a pagar a fornecedores e outros passivos correntes, que não vencem juros, são registados pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

4.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após a dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

4.6 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do nº 1 do artigo 10º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência,



SJB. A
#

solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

Assim, os rendimentos referidos encontram-se isentos de IRC.

4.7 Regime do Acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas outros ativos e passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

5 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Não se verificam quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

6 Ativos Fixos Tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos períodos de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	2022							TOTAL
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Investimentos em curso	
QUANTIA ESCRITURADA BRUTA:								
Saldo em 31.12.2021	18.027,59	1.022.251,27	131.406,10	28.181,73	42.637,11	1.312,62	-	1.243.816,42
Adições	-	-	-	71.645,50	-	-	20.295,00	91.940,50
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2022	18.027,59	1.022.251,27	131.406,10	99.827,23	42.637,11	1.312,62	20.295,00	1.335.756,92
DEPRECIACÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2021	18.027,59	545.146,24	102.781,76	28.181,73	41.303,68	328,16	-	735.769,16
Adições	-	22.816,39	6.775,00	1.492,61	1.054,65	164,08	-	32.302,73
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-



LAR BENEFICENTE DE
S. JORGE

dedicação e serviço

[Handwritten signatures and initials]

Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2022	18.027,59	567.962,63	109.556,76	29.674,34	42.358,33	492,24	-	768.071,89

PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:

Saldo em 31.12.2021	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2022	-	-	-	-	-	-	-	-

QUANTIA ESCRITURADA	0,00	454.288,64	21.849,34	70.152,89	1.278,78	820,38	20.295,00	567.685,03
----------------------------	-------------	-------------------	------------------	------------------	-----------------	---------------	------------------	-------------------

2021

	Terrenos e	Edifícios	Equipamento	Equipamento	Equipamento	Outros		TOTAL
	recursos	e outras				activos fixos	Investimentos	
	naturais	construções	básico	de transporte	administrativo	tangíveis	em curso	
QUANTIA ESCRITURADA BRUTA:								
Saldo em 31.12.2020	18.027,59	1.022.251,27	131.406,10	28.181,73	42.637,11	1.312,62	-	1.243.816,42
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2021	18.027,59	1.022.251,27	131.406,10	28.181,73	42.637,11	1.312,62	-	1.243.816,42

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:

Saldo em 31.12.2020	18.027,59	522.329,80	96.006,78	28.181,73	39.977,67	164,08	-	704.687,65
Adições	-	22.816,44	6.774,98	-	1.326,01	164,08	-	31.081,51
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2021	18.027,59	545.146,24	102.781,76	28.181,73	41.303,68	328,16	-	735.769,16

PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS:

Saldo em 31.12.2020	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-



[Handwritten signatures and initials]

Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos detidos p/ venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2021	-	-	-	-	-	-	-	-

QUANTIA ESCRITURADA	0,00	477.105,03	28.624,34	0,00	1.333,43	984,46	0,00	508.047,26
---------------------	------	------------	-----------	------	----------	--------	------	------------

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01/01	Compras	Reclass. e Regul.	Inventários em 31/12	Consumos
Em 2022					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00 €	52 388,13 €	0,00 €	0,00 €	52 388,13 €
Em 2021					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00 €	52 736,26 €	0,00 €	0,00 €	52 736,26 €

8 Rédito

O rédito é reconhecido no momento da prestação e pelo seu contravalor. Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Vendas	0,00 €	0,00 €
Prestações de Serviços	282 303,21 €	252 618,40 €
<i>Mensalidade Utentes</i>	243.276,00 €	252 618,40 €
<i>Comparticipação Familiar</i>	26.057,60 €	-
<i>Fraldas</i>	11.492,31 €	-
<i>Transporte de Utentes</i>	1.477,30 €	-
Total	282 303,21 €	252 618,40 €

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a entidade cumpre com todas as



S. J. ~~A~~

≠

condições para o receber.

Os subsídios não reembolsáveis para financiamento de aquisições de ativos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos patrimoniais, na rubrica outras variações nos fundos patrimoniais, e reconhecidos na demonstração dos resultados de cada período, em rendimentos e ganhos operacionais, proporcionalmente às depreciações dos ativos a que respeitam.

Os registos contabilísticos em 2022 e 2021 foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Governo		
ISS, IP - Centro Distrital		
<i>Acordos de Cooperação - Participações</i>	224 375,73 €	189 187,19 €
<i>Outros</i>	0,00 €	7 462,60 €
IEFP	9 436,72 €	6 112,49 €
Subsídios de outras entidades	1.008,00 €	0,00 €
Doações/Donativos	596,00 €	13 387,60 €
Total	235 416,45 €	216 149,88 €

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a Entidade reconheceu os seguintes rendimentos nas rubricas de “Subsídios do Estado e outros Entes Públicos”, “Subsídios de Outras Entidades e Doações”:

Descrição	2022				
	Saldo Inicial	Recebimentos	Regularizações	Reconhecimento Anual	Saldo Final
Subsídios para investimento					
PIDDAC	157 149,25 €	0,00 €	0,00 €	6 280,95 €	150 868,30 €
RMISG 2018	6 815,43€	0,00 €	0,00 €	1 363,09 €	5 452,34€
RMISG 2019	11 000,00 €	0,00 €	0,00 €	229,17 €	10 770,83 €
RMISG 2020	15 000,00 €	0,00 €	0,00 €	312,50 €	14 687,50 €
RMISG 2021	0,00 €	8 000,00 €	0,00 €	166,67 €	7 833,33 €
Total	189 964,68 €	8 000,00 €	0,00 €	8 352,38 €	189 612,30 €
Descrição	2021				
	Saldo Inicial	Recebimentos	Regularizações	Reconhecimento Anual	Saldo Final
PIDDAC	163 430,20 €	0,00 €	0,00 €	6 280,95 €	157 149,25 €
RMISG 2018	8 178,52€	0,00 €	0,00 €	1 363,09 €	6 815,43€
RMISG 2019	11 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11 000,00 €
RMISG 2020	15 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	15 000,00 €
Total	197 608,72 €	0,00 €	0,00 €	7 644,04 €	189 964,68 €



10 Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 foi de 20 e em 31/12/2021 foi de 19.

Descrição	2022	2021
Remunerações ao pessoal	248 573,50 €	239 669,17 €
Compensação pela cessação do contrato de trabalho	34.000,00 €	-
Encargos sobre as Remunerações	54 818,05 €	48 613,89 €
Seguros acidentes no trabalho e doenças profissionais	2 913,08 €	3 542,57 €
Outros gastos com o pessoal	1 200,83 €	5 492,77 €
Total	341 505,46 €	297 318,40 €

A contínua reorganização do orgânico de acordo com as exigências das entidades de supervisão, as atualizações salariais e o aumento da taxa da segurança social única justificam os valores contabilizados em 2022.

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.



SSB
P

12.1 Investimentos Financeiros

A rubrica “Investimentos Financeiros” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fundos de Compensação do Trabalho	4 353,70 €	3 102,96 €
Total	4 353,70 €	3 102,96 €

12.2 Clientes

A rubrica “Clientes” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Clientes c/c	98,40 €	2 094,32 €
Total	98,40 €	2 094,32 €

12.3 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica “Estado e Outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Retenção de Impostos sobre rendimento - rend. Profissionais	0,00 €	45,50 €
Imposto sobre o valor Acrescentado	2 722,44 €	1 814,72 €
Total	2 722,44 €	1 860,22 €
Passivo		
Imposto sobre o valor Acrescentado		
Retenção de Impostos sobre rendimento - trabalho dependente	1 632,00 €	1 261,00 €
Retenção de Impostos sobre rendimento - rend. Profissionais	203,13 €	0,00 €
Contribuições para a Segurança Social - TSU	6 412,53 €	5 440,31 €
Total	8 247,66 €	6 701,31 €

12.4 Outras Contas a Receber

A rubrica “Outras Contas a Receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Consignação IRS + IVA	11 391,72 €	5 880,38 €
RMISG	0,00 €	26 000,00 €
Programa ADAPTAR SOCIAL +	0,00 €	3 123,30 €



SJS. AR
F.

Outros Devedores	3 637,92 €	211,57 €
Total	15 029,64 €	35 215,25 €

12.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
Seguros	4 175,51 €	4 066,34 €
Outros	102,50 €	102,50 €
Total	4 278,01 €	4 168,84 €
Rendimentos a Reconhecer		
Adiantamento Comparticipação Seg Social	1.248,96 €	0,00€
Total	1 248,96 €	0,00 €

12.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	1 048,31 €	4 717,01 €
Depósitos à Ordem	41 293,58 €	202 482,44 €
Depósitos a Prazo	451 859,26 €	300 982,52 €
Total	494 201,15 €	508 181,97 €

12.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	2022	2021
Fundos	36 521,03 €	36 521,03 €
Reservas	186 493,12 €	186 493,12 €
Resultados Transitados	594 416,98 €	569 474,88 €
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	189 612,30 €	189 964,68 €
Resultado Líquido do Exercício	9 132,07 €	24 942,10 €
Total	1 016 175,50 €	1 007 395,81 €



12.8 Fornecedores

O saldo da rubrica “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	11 687,67 €	1 130,31 €
Total	11 687,67 €	1 130,31 €

12.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras Contas a Pagar” está composta da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Pessoal	3 992,70 €	0,00 €
Credores por acréscimos de gastos	45 543,14 €	37 239,57 €
Outros Credores	1 472,74 €	10 203,82 €
Total	51 008,58 €	47 443,39 €

12.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Serviços Especializados	41 181,97 €	28 747,05 €
Materiais	3 245,21 €	4 683,64 €
Energia e Fluidos	40 041,68 €	32 159,13 €
Deslocações, Estadas e Transportes	2 034,50 €	2 306,80 €
Serviços Diversos	8 509,61 €	9 379,38 €
Total	95 012,97 €	77 276,00 €

12.11 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Descontos de pronto pagamento	0,00 €	0,01 €
Correções relativas a períodos anteriores	0,00 €	0,04 €
Imputação de subsídios para o investimento	8 352,38 €	7 644,04 €
Indemnização por falta de aviso prévio	0,00 €	0,00 €
Quotas dos Associados	384,00 €	141,00 €
Consignação IRS + IVA Suportado	11 391,72 €	5 880,38 €
Outros Rendimentos	179,76 €	5 525,35 €
Total	20 307,86 €	19 190,82 €



12.12 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	696,52 €	16,73 €
Outros Gastos	7 578,75 €	4 667,27 €
Total	8 275,27 €	5 684,00 €

12.13 Juros e Rendimentos similares obtidos

A rubrica de “Juros e Rendimentos similares obtidos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Juros obtidos de depósitos	589,11 €	79,17 €
Total	589,11 €	79,17 €

12.14 Acontecimentos após a data de Balanço

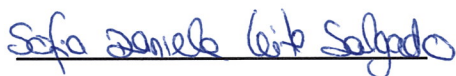
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2022 foram aprovadas pela Mesa Administrativa.

Pevidém, 6 de Março de 2023

Contabilista Certificado



A Direção

